

Meetings, Boicotes e Carneiros nas Grandes Greves ocorridas em Porto Alegre durante a Primeira República (1917-1919)

César Augusto Bubolz Queirós*

Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar as estratégias do movimento operário de Porto Alegre durante as grandes greves ocorridas na cidade entre 1917 e 1919. Irá abordar, ainda, as relações entre os operários grevistas e os trabalhadores que não participavam das paralisações propostas pelas associações operárias.

Palavras-chave: Greves; Primeira República; Violência Sindical.

Abstract: Strikers and no strikers: the working in Porto Alegre during big strikes in the first republic (1917-1919) - This article aims to analyze the strategies of the labor movement in Porto Alegre during the big strikes occurred in the city between 1917 and 1919. Will address the relations between the striking workers and workers who did not participate in the proposed stoppages by workers associations.

Keywords: Strikes; First Republic; Syndical Violence.

A segunda metade da década de 1910 foi bastante conturbada. Em Porto Alegre, enquanto o mundo passava por uma guerra mundial e a Rússia sofria um processo revolucionário, os operários organizavam-se em suas associações na esperança de transformarem as condições sociais em que viviam – seja por meio de uma revolução, como os jornais operários pareciam antever, seja por meio de melhorias mais modestas, como aumento de salário e redução da jornada de trabalho. Greves, boicotes, repressão, negociações com o Estado e com o patronato: o período dos grandes movimentos paredistas da Primeira República foi repleto de questões que envolveram os agentes sociais em disputa e seus repertórios de ação. Nesse contexto, os operários grevistas desenvolveram estratégias – conscientes ou não – cuja finalidade era o enfrentamento com seus adversários.

Neste artigo, buscaremos analisar as estratégias empregadas por esses operários nos embates com o patronato e com o Estado durante as grandes greves da Primeira República, entre 1917 e 1919. Para tanto, serão abordadas as ações desenvolvidas pelos trabalhadores com a intenção de fazer valer seus interesses frente aos patrões e ao Estado, enfatizando-se, ainda, as

* Doutor em História – PPGH/UFRGS. Coordenador do Curso de História - UFAM

relações dos operários grevistas com seus companheiros que não aderiram aos movimentos e que, por razões a serem examinadas posteriormente, representavam uma ameaça ao sucesso das greves. Antes, porém, apresentaremos alguns aspectos que dizem respeito aos rumos do movimento operário porto-alegrense no período em questão.

Rumos e fissuras do movimento operário porto-alegrense

Para termos uma ideia do quanto estas grandes greves afetaram a vida da cidade naquele período, basta dizer que somente na greve generalizada do ano de 1919, o periódico *Correio do Povo* indicava a paralisação de mais de 3.000 operários! (07/09/1919, p. 4).

Mas como estava organizado o movimento operário porto-alegrense no momento em que ocorreram estas grandes greves? Quem eram os operários que delas participaram? E quais eram suas principais associações? Estes trabalhadores estavam organizados em uma rede de associações e sindicatos que tinham – apesar de suas diferenças ideológicas e estatutárias – o objetivo comum de defender os interesses de seus associados e dos trabalhadores em geral. Não pretendemos aprofundar a análise acerca destas entidades, mas apenas contextualizá-las sucintamente, a fim de abordar mais à frente as estratégias dos operários durante as greves estudadas.

Sem dúvida alguma, a associação que mais influência exerceu sobre o movimento operário gaúcho nas primeiras décadas do século XX foi a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). Fundada em 1906, no decorrer da primeira greve geral do Rio Grande do Sul – a “greve dos braços cruzados” ou “dos 21 dias” –, esta associação se manteve, durante os quinze anos subsequentes, pelo menos, como a mais relevante organização operária do estado. Criada sob a égide dos socialistas – entre os quais destacamos Francisco Xavier da Costa –, após uma série de disputas, passou a ter uma orientação predominantemente sindicalista, sobretudo após 1918, quando um grupo de militantes anarquistas conseguiu ocupar os cargos de liderança da federação.

Durante a greve geral de 1917, os postos de direção da FORGS, bem como a condução daquele movimento, estavam nas mãos de lideranças socialistas, como Vigo Thompson Colin, ligado a Francisco Xavier da Costa. Tais dirigentes eram identificados como “fiéis ao governo” (GERTZ, 1989, p. 128) e a disputa gerada em torno desta discussão acabou por provocar a

expulsão da Federação de um grupo de militantes anarquistas, assim como de algumas entidades a eles vinculadas, tais como o Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas e a União Operária Internacional. Cabe observar que, na greve de 1917, a União Operária Internacional (UOI) e o Sindicato dos Canteiros – presidido por Luíz Derivi – haviam liderado o processo de constituição da Liga de Defesa Popular, em uma reunião promovida na sede da FORGS, no mês de julho (SILVA Jr., 1996, p. 199). Contudo, ao longo do movimento, os cargos de direção dessa Liga foram apropriados pelas lideranças da FORGS, as quais promoveram um afastamento dos anarquistas.

Assim, ao longo do período estudado, além dos sindicatos classistas, a única associação de caráter mais geral que permaneceu exercendo um domínio sobre os rumos do movimento operário foi a FORGS. Apesar disto, devemos mencionar outras entidades que tiveram expressiva participação em alguns movimentos grevistas, como a União Geral dos Trabalhadores (UGT), em 1918, e a União Maximalista, em 1919.

Outra importante entidade operária desta fase foi a União Operária Internacional (UOI). Criada em 1905 e de inspiração anarquista, tinha em seus primórdios a finalidade de “atrair as associações operárias de Porto Alegre” para contrabalançar o peso da influência socialista, especialmente a de Francisco Xavier da Costa. Para Polydoro Santos, a entidade abrigava os libertários da capital e, embora o jornal *A Luta* nunca tenha se assumido como o seu interlocutor oficial, manteve “[...] uma atitude positiva em relação à União Operária Internacional, enquanto que a FORGS [era] ignorada ou criticada” pelo periódico. Deve-se ressaltar que isso vale para o período anterior a 1910-1911, quando, conforme já dito, a FORGS começou a ter uma orientação francamente sindicalista. Ainda segundo Polydoro, esta eleição aconteceu no momento em que

os operários contrários [às explorações políticas] redobraram de esforços e conseguiram eleger uma nova diretoria inteiramente contrária à política operária e decidida partidária do sindicalismo. Essa eleição foi realizada em 1911, datando daí a nova orientação tomada pela Federação Operária, procurando a nova diretoria chamar à atividade muitos operários dos mais decididos e orientados que se achavam afastados, em virtude de incompatibilidades criadas e fomentadas pelos antigos diretores da Federação Operária. (Relatório da Federação Operária do Rio Grande do Sul. Apud PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 162-173).

Esta hegemonia libertária durou até as vésperas da greve de 1917, ocasião em que houve um fortalecimento das posições não anarquistas no interior da Federação. Em fevereiro de 1918,

realizou-se uma assembleia geral da UOI, “antiga associação operária que há meses se achava adormecida”, conforme informou o *Correio do Povo*. Nesta assembleia, coordenada pelo operário Antônio Cariboni, “ficou resolvido o reerguimento da Internacional”, tendo sido escolhida uma nova diretoria (*Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/02/1918, p. 6). Após tal encontro, no mês de março, retomou-se a publicação do periódico *A Luta*, que estava sem circular desde 1911 (BARTZ, 2007, p. 202).

Em função das disputas existentes pelas posições de liderança na FORGS entre anarquistas e não anarquistas, alguns militantes vinculados à UOI acabaram sendo considerados *persona non grata* na Federação e fundaram uma nova associação, em 1918, denominada União Geral dos Trabalhadores (UGT). Esta, que contava em seus principais postos com Friedrich Kniestedt, Polydoro Santos e Orlando Martins, desempenhou um papel relevante no decorrer da greve geral de 1918 – juntamente com a FORGS e com a União Metalúrgica – e agrupava um conjunto de sindicatos que haviam sido expulsos da Federação, como o Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas, o Sindicato Padeiral e o Sindicato dos Ofícios Vários. Para Kniestedt, “a Federação era apagada e fiel ao governo, a União era anarcossindicalista” (GERTZ, 1989, p. 124). De acordo com Silva Jr., a UGT era uma associação criada pelos anarquistas que haviam sofrido um processo de expurgo da FORGS, a qual, até 1918, era dominada por elementos “Pró-PRR” (SILVA Jr., 1994, p. 375). Petersen também sustenta que a criação desta associação – datada de maio de 1918 – deveu-se à insatisfação dos anarquistas “em linha de colisão com o grupo simpático ao presidente do Estado” (2001, p. 342).

A UGT, entretanto, teve vida curta. Em julho de 1918, a diretoria da FORGS, composta por Vigo Thompson Colin, Juvêncio Lima e João Huber, pediu a exoneração de seus cargos, alegando estarem encontrando “empecilhos no desempenho de suas missões”, e julgando-se “incompatibilizados com as classes trabalhadoras” (*Notícia*, Porto Alegre, 20/07/1918, p. 3). Na realidade, a destituição desta diretoria, ligada a Francisco Xavier da Costa, sucedeu a uma reunião empreendida na sede da FORGS, à qual compareceram lideranças da UGT e da União Metalúrgica, além dos dirigentes da Federação, obviamente. Nesse encontro, foi aprovada, a despeito da oposição de Colin, a elaboração de um Memorial com reivindicações dos operários que seria entregue ao presidente do Estado, Borges de Medeiros (*O Independente*, Porto Alegre, 19/07/1918, p. 5). Com isto, nota-se um fortalecimento das posições anarquistas no seio do movimento operário porto-alegrense, que “asfaltou” a probabilidade de retorno dos líderes da

UGT para os cargos de direção da Federação, causando o fim prematuro daquela associação que, no final de 1918, fundiu-se com a FORGS, a qual manteve o nome de Federação Operária, mas adotou os estatutos da UGT, tornando-se, segundo Kniestedt, uma “entidade anarcossindicalista” e cuja diretoria passou a ser composta majoritariamente por militantes anarquistas (GERTZ, 1989, p. 126).

Em novembro de 1918, inspirada na Revolução de Outubro de 1917, foi fundada, em Porto Alegre, a União Maximalista. Esta associação foi criada por Abílio de Nequete, Francisco Merino e Otávio Hengist, quando declarou sua adesão aos princípios dessa Revolução. Segundo Bartz, “esta associação atuava na capital e teve participação importante nas greves de 1919, especialmente junto à União Metalúrgica, na qual logrou conquistar adeptos” (2008, p. 13).

Além das associações que visavam congregar e agrupar os trabalhadores do estado, devemos destacar os diversos sindicatos por categoria que existiam e assumiram grande relevância na conjuntura contemplada. Em abril de 1919, eram ligadas à FORGS as seguintes associações, com seus respectivos delegados (quanto foi possível apurar): Sindicato Força e Luz (Vitor Viegas), Sindicato dos Operários da Companhia Telephonica (Antônio Rodrigues), Protectora dos Ferroviários (João Paixão), Sindicato dos Trapicheiros e Estivadores (Adão Nolasco de Souza), Sindicato dos Pedreiros e Classes Anexas (Luiz Derivi), Sindicato dos Sapateiros (Orlando Araújo), Sindicato de Resistência dos Alfaiates (Octávio Gomes), Sindicato Padeiral (Abelardo Corrêa), Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas, Sindicato dos Chapeleiros (João Burgmeyer), Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas (Diniz Monteiro e José de Oliveira), União dos Foguistas e *Allgeimer Arbeiter Verein* – quatorze entidades ao todo. Nos meses seguintes, ingressaram na Federação: o Sindicato de Offícios Vários (que tinha o objetivo de reunir as categorias ainda não organizadas até que fosse possível constituírem sindicatos autônomos), o Sindicato dos Empregados em Cervejaria e Classes Anexas (Waldemar Santa Helena), a UGT de Rio Grande (Tácito Ferreira), o Sindicato dos Condutores de Vehiculos e o Sindicato dos Trabalhadores em Açúcar, que agrupava o pessoal que trabalhava em confeitarias e serviços afins (*O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 2).

Convém ressaltar que, apesar do crescimento verificado durante o ano de 1919, em setembro de 1913, por ocasião do 2º Congresso Operário no Rio de Janeiro, a FORGS representava 19 categorias, totalizando 3.280 trabalhadores. O declínio do número de associações afiliadas à Federação – de 19 em setembro de 1913 para 14 em abril de 1919 – pode indicar que

as disputas internas pela direção da entidade haviam provocado uma crise de representatividade, crise essa que, em decorrência do aumento da mobilização operária em 1919, foi aos poucos sendo superada, chegando-se ao número de 18 entidades em junho, quase a mesma quantidade de sindicatos associados em 1913 (Relatório da Federação Operária do Rio Grande do Sul. *Apud* PETERSEN; LUCAS, 1982, p. 168).

Tendo realizado esta sumária caracterização do movimento associativo dos trabalhadores porto-alegrenses no período das grandes greves, passo agora a examinar as estratégias empregadas pelos operários durante esses conflitos.

Estratégias Operárias

Apesar da grande relevância que a greve – “forma maior do movimento operário” (PERROT, 1984, p. 43) – possui entre as estratégias de resistência dos trabalhadores, ela representa, tão somente, uma das muitas práticas pertencentes a seu repertório de ações coletivas e, mesmo nos momentos em que não ocorrem paralisações, os operários e suas associações desenvolvem formas de resistência e/ou adaptação à exploração capitalista. Todavia, a greve reproduz “a expressão direta, não mediatizada do descontentamento ou da esperança dos de baixo”, possibilitando ainda a emergência de diferenças dentro da mesma classe, ou seja, de cisões no seio da classe operária: de um lado os operários grevistas, de outro, os “fura-greves”. Devemos salientar que as estratégias dos trabalhadores “só são eficazes se são coletivas” uma vez que estratégias individuais de ascensão social são limitadas e incertas. Por isso, “a força dos vendedores da força de trabalho depende fundamentalmente da mobilização e da organização do grupo mobilizado” (idem, p. 202).

Contudo, nas ocasiões em que as greves eram deflagradas, outro agente surgia de modo que seria impossível ignorá-lo: os chamados “fura-greves”, trabalhadores que se recusavam a aderir aos movimentos paredistas e que, em virtude disto, acabavam por enfraquecer o poder de barganha das associações e sindicatos perante seus interlocutores. De qualquer modo, a possibilidade de sucesso de uma greve está também diretamente relacionada a um conjunto de outras variáveis como o número de operários que se junta ao movimento, a adesão de categorias cuja paralisação afete mais diretamente a vida da cidade – como, por exemplo, os setores de transporte e energia –, a possibilidade ou não de diálogo com o interlocutor direto, o

reconhecimento da legitimidade das reivindicações, a conjuntura política e econômica, e o apoio da opinião pública e de setores da “mídia”. Vamos nos deter, primeiramente, às estratégias adotadas pelos operários a fim de conseguir uma maior adesão aos movimentos grevistas e impedir a continuidade do trabalho.

Evidentemente, quanto maior for a adesão a um movimento grevista, maior será a sua possibilidade de sucesso e sua capacidade de barganha com seus interlocutores. A postura de não adesão às greves por parte de um segmento da classe operária põe em risco suas possibilidades de êxito. Esta posição “dissidente” reforça e confere legitimidade ao patronato e, simultaneamente, enfraquece a posição dos grevistas. Enfim, quanto maior for o número de trabalhadores que não cessa o trabalho, menor será o poder de negociação dos sindicatos e seus delegados. Neste sentido, para Viana,

Ao exercer o seu suposto direito [de permanecer no trabalho], ele [o trabalhador não grevista] dificulta ou inviabiliza o direito real da maioria. O que faz não é apenas trabalhar, mas – com perdão do trocadilho infame – atrapalhar o movimento. Ele realmente fura a greve, como se abrisse um buraco num cano de água. E o seu gesto também tem algo de simbólico: mostra que a identidade operária não é coesa, que há resistências internas (2009,123).

Em que medida esta não adesão era percebida como uma ameaça ao sucesso das greves estudadas? E quais ações foram adotadas para evitar a continuidade do trabalho destes operários? Convém destacar que os jornais operários porto-alegrenses reconheciam a necessidade de organização do movimento e da ampliação das bases da militância. Neste sentido, o periódico *O Sindicalista*, órgão da FORGS, enfatizava a importância de se procurar “por todos os meios ao nosso alcance reunir, congregar, definir as forças latentes das classes operárias, fazer-lhes compreender que são elas as forças positivas da sociedade” (*O Sindicalista*, Porto Alegre, 01/04/1919, p. 1). Tal preocupação em reunir o maior número possível de trabalhadores em torno do movimento está associada à necessidade de lhe conferir mais capacidade de pressão sobre o patronato e o Estado. Afinal, na visão dos militantes, as causas da exploração dos trabalhadores estariam vinculadas, muitas vezes, à própria desorganização da classe, uma vez que “os trabalhadores são explorados e oprimidos, porque, estando desorganizados para tudo quanto respeita à proteção dos seus interesses, são coagidos pela fome ou pela violência brutal a fazer

como querem os dominadores, em cujo proveito é organizada a presente sociedade” (*O Sindicalista*, Porto Alegre, 01/04/1919, p. 1).

Tal situação deveria ser enfrentada pelos grevistas e estratégias – conscientes ou não – eram definidas a fim de impedir a continuidade do trabalho ao longo dos movimentos paredistas. Bourdieu mostra que “uma das sutilezas da relação de força dominantes/dominados é que nesta luta, os dominantes podem utilizar a luta que ocorre entre os dominados” (BOURDIEU, 1983, p. 199). Assim, era fundamental que estratégias fossem usadas no sentido de intensificar a ação coletiva dos trabalhadores e evitar que os dominantes se valessem dessas divisões entre os operários. Tais estratégias oscilavam de acordo com o “momento” dos movimentos e com o conjunto das forças em disputa, mas insistiam na tentativa de angariar mais adeptos ou coagir aqueles que teimavam em permanecer em seus postos de trabalho. Afinal, os militantes reconheciam que “a força depende da união e a união faz a força” (*O Sindicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 4).

Uma das principais estratégias empregadas com o intuito de ampliar dar visibilidade às greves e de obter mais adeptos durante os movimentos paredistas – mas não só ao longo deles – era a realização de *meetings* em praças públicas ou mesmo nas portas das fábricas e estabelecimentos que continuavam o trabalho após a deflagração das greves. Durante as greves em questão, diversos comícios foram realizados e tinham a clara intenção de dar visibilidade aos movimentos paredistas, angariar adesões e coagir os “fura-greves”. Eram notoriamente importantes a ponto de uma das estratégias mais comuns do governo estadual para esvaziar as greves ser proibir comícios e reuniões do operariado por meio de normatizações oficiais. Afinal, os *meetings* davam visibilidade às angústias dos operários e publicidade ao movimento, revelando também a sua força, e, desta forma, permitiam angariar simpatias e adesões. Além disso, serviam como uma forma de “conversa e de denúncia”, ou seja, uma oportunidade para que os trabalhadores contassem “à sociedade o que se passa entre as quatro paredes da empresa e [revelassem] ao empregador o grau de sua indignação” (VIANA, 2009, p. 107).

A greve de 1917, por exemplo, teve início após um comício organizado pela Liga de Defesa Popular (LDP). A preparação para esse evento foi muito cuidadosa, sendo que a Liga encaminhou uma solicitação ao governo do Estado para que fosse autorizada sua realização, distribuindo também folhetos que conclamavam a população a comparecer. Pequenos *meetings* foram feitos pela manhã no arrabalde de São João e na Praça dos Navegantes, como preparação

dos ânimos para o evento maior, que só aconteceria às 15 horas na Praça Senador Florêncio. Segundo *A Federação*, aproximadamente cinco mil pessoas compareceram ao local (01/08/1917, p. 3).

Já na greve geral de 1918, os comícios e ajuntamentos públicos haviam sido expressamente proibidos. A paralisação se iniciou depois de uma reunião na sede da FORGS da qual participaram mais de 200 pessoas (*O Independente*, 19/07/1918, p. 5). Nesse caso, embora proibidas as reuniões, a negativa por parte do governo estadual em negociar com os grevistas e a forte repressão ao movimento fizeram com que os operários realizassem um comício nas dependências da Federação ao qual uma multidão assistiu da rua. Ao tomar ciência do fato, o coronel Emílio Massot, que comandava o policiamento da capital, encaminhou-se ao local ordenando que a multidão se dispersasse e fechou a sede da entidade (*Correio do Povo*, 23/07/1918, p. 4). Alguns operários começaram, então, a percorrer as fábricas, a fim de convencer os demais trabalhadores a abandonarem o serviço. Tal tentativa de intimidação e coerção acabou sendo também reprimida pela polícia (*O Independente*, 23/07/1918, p. 6). Diante do fracasso da paralisação, alguns grevistas ainda procuraram animar seus companheiros a continuarem na luta, fazendo inflamados discursos (*A Luta*, 14/10/1918).

Mesmo durante a greve de 1919, uma greve generalizada, na qual os movimentos paredistas setoriais eram deflagrados de modo “eruptivo”, o *meeting* do dia 7 de setembro pode ser considerado como o ápice do movimento. A recusa por parte dos patrões e do Estado de entrar em acordo com os grevistas, a intensa repressão desencadeada sobre o movimento, a perseguição aos operários em greve e a substituição dos trabalhadores paredistas causaram um clima de intensa radicalização.

Nesse ano, a despeito da proibição de comícios e reuniões, o Sindicato da Força e Luz organizou um *meeting* que seria levado a cabo na Praça Montevideu, a fim de demonstrar o descontentamento em relação às contratações feitas pela empresa para substituir os grevistas (*Gazeta do Povo*, 07/09/1919, p. 2). Antes de haver começado, a polícia compareceu ao local para dispersar os operários (GERTZ, 1989, p. 128). Ao tentar desmobilizar os cerca de 600 manifestantes que esperavam pelo início do comício, a força policial desencadeou um formidável alvoroço, lançando seus cavalos sobre a multidão e iniciando uma troca de tiros com um operário que se encontrava de posse de uma arma (*Correio do Povo*, 09/09/1919, p. 2). Desse incidente, muitos operários saíram feridos, ocorrendo, inclusive, uma vítima fatal: o operário Fernando de

Oliveira (*Gazeta do Povo*, 07/09/1919, p. 2.). O próprio sepultamento desse trabalhador se transformou em um ato político: o cortejo fúnebre que conduzia o corpo – composto por centenas de pessoas, segundo o *Correio do Povo* (09/09/1919, p. 5), e por milhares, de acordo com Kniestedt (GERTZ, 1989, p. 128) – acabou por entrar em conflito com alguns policiais que guarneciam um bonde.

A realização de *meetings* e comícios pelas associações operárias era, portanto, uma estratégia imprescindível para dar visibilidade aos movimentos paredistas e conseguir um número maior de adesões entre os operários já que, como destacamos anteriormente, o não engajamento de uma parte dos trabalhadores às greves representava uma ameaça ao seu sucesso. Por tudo isso, a greve incorpora também o seu ritual, a sua missa: o *meeting* (PERROT, 1992, p. 138).

Além do *meeting*, ocasião na qual os operários tomavam o centro da praça e buscavam dar visibilidade às suas angústias e atrair mais militantes, outra estratégia utilizada pelos operários durante as greves eram os boicotes, sobretudo em relação aos veículos de imprensa. O comportamento hostil por parte de alguns jornais oficiais e comerciais em relação às paredes criava uma indisposição da imprensa operária para com tais periódicos. Afinal, a postura de não adesão dos “carneiros” acabava sendo validada e defendida pela imprensa burguesa, que propalava o direito à “liberdade de trabalho”. Esse argumento vinha ao encontro dos interesses dos grupos sociais hegemônicos que buscavam, por todos os meios, invalidar tanto os movimentos grevistas quanto seus integrantes, em especial as lideranças. Jornais como *A Federação* – órgão do Partido Republicano Rio-Grandense – PRR – asseveravam que, no estado, a vida dos trabalhadores era boa se comparada às condições enfrentadas no Velho Mundo e que o operariado nacional estava sendo insuflado por elementos anarquistas estranhos ao nosso meio.

Em função disso, em diversas ocasiões, a imprensa operária se referia às “[...] calúnias interessadas dos jornais que procuram desvirtuar o nosso movimento” (Sindicato dos Canteiros. *Aos Trabalhadores a nossa atitude*, 1919.). Em virtude dessa escancarada oposição às greves, presente em alguns jornais diários, as associações operárias, através de seus periódicos e boletins, aconselhavam o boicote a tais veículos de comunicação. Em um panfleto intitulado *A postos, operários*, por exemplo, a FORGS orientava os trabalhadores a boicotarem o jornal *Correio do Povo*:

Camaradas! É por todos sabido que a imprensa burguesa é boicotada por todas as classes operárias; portanto todas as informações do nosso movimento em suas colunas não devem merecer atenção da parte de ninguém. Como porém, o

‘Correio do Povo’ fidalgal inimigo de todos os operários inclusive os que o fazem, não perdendo sua costumeira sandice, deu um alarme com respeito aos camaradas padeiros dizendo coisas que só podem ser encontradas naqueles cérebros de lamas. Avisamos mais uma vez não se dar crédito à imprensa burguesa, apertando-lhe cada vez mais o boicote [para] não permitir que ninguém lhes admita entrada sob nenhum pretexto (FORGS. A postos, operários!, 1919).

Entre os jornais de circulação diária, o mais criticado era o *Correio do Povo*, tido como

um jornal incapaz de dar uma opinião própria sobre qualquer assunto, mormente sobre a momentosa questão social. Mas é supinamente conservador e carranca... uma fortaleza contra todas as ideias que não estejam nos moldes da Santa Madre Igreja. As reivindicações operárias, vistas através das lunetas baças do Kemp, são crimes hediondos. Como porém a sua senilidade intelectual é incapaz de formular qualquer coisa de crítica séria, apega-se à tesoura e zás, transcreve tudo que possa desmoralizar o movimento operário. Não entendendo nada do que vai pelo mundo com o nome maximalismo, bolcheviquismo, espartacismo, revolução social, o Kemp apega-se à opinião mais do que suspeita do clericalíssimo Alfredo Capus e infla de contentamento... Pobre criatura! (O Syndicalista, 01/04/1919, p. 2.).

Já em seu segundo número, o periódico *O Syndicalista* exibia na capa, em destaque, a seguinte mensagem: “Operário, boicotei o jornal burguês *Correio do Povo*, inimigo dos trabalhadores!” (*O Syndicalista*, 01/05/1919, p. 1.). O órgão da FORGS justificava tal apelo afirmando que aquele periódico “tem primado por suas calúnias e má vontade contra os interesses do operariado” (*O Syndicalista*, 01/05/1919, p. 1.). Esta atitude em relação à imprensa pode ser entendida quando a compreendemos como um instrumento de formação de opinião, que, naquele contexto, estava colocando a população – incluindo aí os operários que não aderiam às greves – contra os movimentos paredistas. Todavia, o *Correio do Povo* não era o único jornal a ter um boicote proposto pelas associações operárias. Em maio, *O Syndicalista* orientava os operários a fazerem o mesmo com *O Liberal* (*O Syndicalista*, 25/05/1919, p. 4.).

Os boicotes eram, portanto, uma estratégia integrante do repertório de ações coletivas dos operários. Neste sentido, o Estatuto do Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas reconhecia entre seus métodos de luta “a ação direta, a boicotagem, a sabotagem e o label, além de outros meios de que lançará mão, de acordo com o momento e a oportunidade” (ESTATUTOS do Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas, 27/04/1916).

Para Bobbio, o boicote consiste em uma técnica de pressão não violenta que se volta contra os interesses econômicos de seus adversários políticos. Assim como a greve, o boicote é uma técnica que consiste no princípio da abstenção, ao contrário de outras formas de pressão que consistem em ações, como a ocupação de terras, de casas ou de fábricas (BOBBIO, 1992, p. 70.).

Os boicotes estimulados pelos sindicatos e associações operárias estavam, porém, longe de se restringirem à imprensa. Como se verifica no boletim intitulado *A Voz da Razão*, além da orientação de boicote sobre a “imprensa burguesa”, os trabalhadores eram instruídos a não comprarem os produtos “das casas Tertuliano Borges [uma fábrica de fumo e bebidas], Amaro da Silveira e Castor [estabelecimentos do ramo de calçados] [pois] essas três casas são inimigas de todos os operários” (Ao povo, aos soldados e operários. FORGS. 07/09/1919.). Em outro panfleto, o aconselhamento quanto ao boicote a esses estabelecimentos era reforçado: “Camaradas! Ninguém deve esquecer a esses crápulas burgueses Amaro da Silveira, Tertuliano Borges e seu sócio Mário começando com o boicote dessas duas casas” (A postos operários. 04/09/1919.).

Durante a greve dos Canteiros, ocorrida em maio de 1919, o sindicato da categoria resolveu que “os pequenos patrões que trabalham em obras em pedra, se o quiserem, poderão trabalhar e [decidiu] também boicotar os patrões Manoel Fernandes Carriço e João Castilhos” (*O Syndicalista*, 27/05/1919, p. 2.). O boicote deveu-se ao fato de “os outros patrões estarem dispostos a cederem o aumento pedido e serem dissuadidos de o fazerem por esses teimosos e cabeçudos patrões” (*O Syndicalista*, 27/05/1919, p. 2.).

É muito difícil precisar a abrangência e a eficácia desses boicotes, visto que as fontes não permitem que cheguemos a dados conclusivos sobre isso. Todavia, podemos imaginar que, ao menos entre os operários que aderiam às greves e que seguiam as orientações de suas lideranças, tais boicotes devem ter sido adotados. Talvez seja necessário mesmo refletir sobre até que ponto as ordens e orientações dos sindicatos e associações operárias eram efetivamente seguidas. Até que ponto, enfim, as lideranças conseguiam conquistar o apoio das bases para as suas propostas.

De acordo com Silva Jr., “as lideranças operárias, mesmo as anarquistas, estão também ‘em cima’ – onde, como de costume, os pesquisadores colocam apenas a classe dominante e/ou o Estado” (SILVA JR., 1995, p. 79.). O autor salienta ainda que “o sindicato não é simplesmente uma associação, mas uma associação de dominação, e que sua legitimidade não é somente aferida por sua penetração na categoria, mas também pela capacidade de obter obediência às ordens

produzidas” (SILVA JR., 1996, p. 44.). Para conseguir essa almejada adesão, os sindicatos acabavam por se valer de mecanismos e estratégias punitivas e coercitivas – mesmo que não institucionalizadas – a fim de fazer valer sua posição. Ou seja, mesmo entre aqueles que ocupavam uma posição subalterna diante do capital, existia uma relação assimétrica de poder, consubstanciada no exercício de uma pequena – ou nem tanto – dominação exercida pelos que conseguiam estabelecer sua liderança sobre o proletariado.

No sentido de compreender melhor tal processo, as indicações teóricas de Max Weber podem ser úteis. Para esse autor, existe uma dissociação entre poder e dominação, uma vez que essa última está associada a um caráter consensual, necessitando da anuência dos dominados para ser exercida; enquanto que o poder é “a capacidade de impor a um outro desejos, vontades e interesses sem que o mesmo concorde ou possa obstar isso” (WEBER. Apud SANTANA, 1997, p. 226).

Analisando a questão dos alicerces da legitimidade da dominação, Weber identifica três tipos de “dominação pura”: a dominação legal, a dominação tradicional e a dominação carismática (WEBER, 1991, p. 129). Contudo, não há, segundo ele, na realidade social concreta, um tipo “puro” de dominação, uma vez que, normalmente, essa se legitima sobre bases e elementos heterogêneos.

No caso das entidades sindicais e operárias aqui examinadas, existia uma base legal e estatutária que conferia legitimidade às lideranças operárias, porém, o aspecto carismático, afetivo e simbólico atuava igualmente de modo significativo no exercício dessa dominação. Entretanto, uma questão se apresenta: a estrutura sindical não dispunha de mecanismos coercitivos que permitissem impor suas decisões e vontades ao conjunto da classe, não havia uma “punição” àqueles que descumprissem as determinações do sindicato, de modo que esse se obrigava a tomar medidas de caráter privado como forma de inculcar suas decisões aos subordinados.

Essas medidas coercitivas de cunho privado poderiam assumir tanto a forma de pressões simbólicas e morais, quanto características punitivas físicas. No primeiro caso, tem-se a depreciação da posição de não-grevista, de modo que essa fosse associada a atributos pejorativos, os quais geravam uma desqualificação do “fura-greves” e um constrangimento social a ele. No segundo, o exercício da violência física se estabelecia de modo a impedir a continuidade do trabalho, prática que se revestia também de um caráter “educativo”, exemplar, de exercício de

uma dominação não estatutária, mas que, do ponto de vista dos grevistas, era portadora de legitimidade moral.

As principais estratégias grevistas analisadas até aqui podem ser compreendidas como formas de pressão sobre seus interlocutores para se lograr um maior poder de barganha. O *meeting*, tão comum nas greves aqui analisadas, foi um importante instrumento para dar visibilidade ao movimento e angariar mais adesões, sobretudo se considerarmos que quanto maior e mais abrangente a paralisação, maior será o poder de negociação e pressão por parte de suas entidades organizativas. Em virtude disso, podemos compreender o esforço que a imprensa operária e seus sindicatos empreendiam a fim de obter o convencimento dos trabalhadores que não aderiam ao movimento e que, em virtude disso, eram considerados uma ameaça ao sucesso do mesmo. Os boicotes também eram utilizados como forma de pressão, porém através da abstenção: os sindicatos conclamavam seus associados e simpatizantes a se absterem de comprar em tal casa comercial ou ler tal jornal. Estas estratégias não empregavam diretamente nenhuma forma de violência, todavia, houve momentos em que estas formas de pressão e convencimento se tornaram insuficientes, sobretudo nos momentos em que havia certa intransigência da parte de seus interlocutores, que se negavam a dialogar e negociar. Nessas ocasiões, os operários apelavam para estratégias que, ou de modo consciente e deliberado ou de modo espontâneo e emocional, empregavam algum grau de violência, quer seja contra os patrões, representantes do Estado ou não-grevistas.

O emprego de atos de violência durante os movimentos grevistas foi bastante usual no período aqui estudado, tornando-se um meio tido como legítimo para preservar o que as organizações operárias consideravam como sendo os interesses da classe. A violência sindical acabou se transformando em um instrumento racional para a solução de conflitos. Tais atos tornavam-se mais frequentes nas ocasiões em que as negociações endureciam e, em diversas ocasiões, podem ser interpretados como uma reação à repressão policial, às estratégias patronais de substituição de operários grevistas e à continuidade do trabalho por parte dos ‘carneiros’. Para Fortes, “o emprego de algum grau de violência na solução de conflitos trabalhistas [pode] ser considerado até mesmo natural”, havendo “limites naturais cuja quebra poderia levar os trabalhadores ao questionamento da legitimidade da própria luta operária” (FORTES, 2006. p. 343). Essa violência podia se materializar tanto de forma instrumental, deliberada – quando atos violentos eram planejados com o intuito de impedir a continuidade do trabalho –, quanto de

forma espontânea, em função das rivalidades e dos tensionamentos provocados pela tomada de posições diferentes no decorrer dos movimentos paredistas.

A maioria das ações violentas encontradas foi cometida nas greves de 1918 e 1919 (QUEIRÓS, 2012). Isto se deve ao fato de que, ao contrário do ocorrido em 1917 – quando as reivindicações da LDP foram reconhecidas como justas por seus interlocutores (*Correio do Povo*, 31/07/1917, p. 6) devido a um reforço das posições não-anarquistas tanto na direção da FORGS quanto na LDP – os movimentos posteriores não obtiveram o reconhecimento por parte do governo do Estado e do patronato, que adotaram uma postura de intransigência e de intolerância para com os operários. Nessas duas mobilizações paredistas, o governo estadual descartou “qualquer possibilidade de negociação, deixando de reconhecer qualquer *status* de grupo de interesse às entidades operárias” (SILVA Jr., 1994, p. 376), abrindo o caminho a ações mais radicais por parte dos sindicatos. Ademais, a mudança de orientação ideológica da FORGS, após a renúncia de Colin, em 1918, colaborou para a radicalização do discurso operário devido ao fortalecimento dos anarquistas na entidade. O periódico *A Luta* – que voltou a circular no início de 1918 – e o periódico *O Sindicalista* – que começou a ser publicado em abril de 1919 – eram os porta-vozes desse discurso a favor da derrubada da ordem burguesa.

A imprensa diária queixava-se continuamente das ações violentas cometidas pelos operários. Durante a greve de 1918, por exemplo, o *Correio do Povo* denunciava que os “grevistas colocaram pedras sobre os trilhos, em diversos pontos, inclusive à frente da Federação Operária” (*Correio do Povo*, 23/07/1918, p. 4). A paralisação da rede de transportes era essencial para o sucesso das greves, pois ela impedia, ou pelo menos dificultava, que os demais operários chegassem a seus empregos, além de provocar uma maior visibilidade dos movimentos diante da população em função do desconforto causado. Outro atentado à rede de transportes pôde ser observado na greve do ano seguinte, quando “próximo à ponte da rua da Azenha foi colocado um pacote donde saía um fio de barbante, tendo à distância, a aparência de uma bomba de dinamite. Parando o bonde, foi retirado o pacote, verificando que o mesmo feito de uma porção de jornais velhos, continha apenas uma bomba pequena” (*Correio do Povo*, 23/07/1918, p. 4). Ainda em 1919, uma das ações empregadas pelos operários da Força e Luz, empresa que vinha substituindo os empregados grevistas, foi colocar uma bomba de dinamite que, acionada, danificou os vidros de algumas janelas daquela empresa. Em função do incidente, foram presos pela polícia Antônio Bragnolloto e Afonso Américo de Oliveira, motoristas dos bondes da companhia, mas ambos

afirmaram que foram coagidos por dois operários que os ameaçaram com um revólver para que eles os conduzissem até o Caminho Novo (*Gazeta do Povo*, 06/09/1919, p. 2).

Não eram raras as vezes em que as tensões entre grevistas e não grevistas descambavam para a violência, tanto de forma espontânea quanto de forma planejada. Alvo de disputa entre as associações operárias e o Estado, de um lado, os trabalhadores que não aderiam às greves eram coagidos tanto física quanto moralmente pelos grevistas para interromperem o trabalho; de outro, a repressão exercida pelo governo e pelos patrões transformava a opção pelo engajamento à mobilização em um risco a sua integridade física. Os jornais se referiam continuamente a esse tipo de pressão e coerção exercida sobre os não-grevistas. Durante a greve de 1919, por exemplo, a polícia do 4º Distrito de Porto Alegre efetuou a prisão de Antônio Ditadi, “o qual instigara os operários da fábrica do Sr. Fortunato Travi [uma serraria com cerca de 20 funcionários no quarto distrito] a abandonarem o trabalho e tentara agredir àqueles que rejeitavam suas propostas” (*Gazeta do Povo*, 15/09/1919, p. 3). O periódico *A Gazeta*, por seu turno, afirmava que “às padarias o governo do Estado ofereceu garantias para poderem trabalhar, sem o receio de violências por parte de exaltados que querem a adesão completa de seus colegas” (*Gazeta do Povo*, 19/05/1919, p. 4).

Este cálculo de ação, no qual são levados em consideração os benefícios ou prejuízos da ação militante, define a participação ou não em uma greve. Neste sentido, a recusa de parte dos trabalhadores de se engajarem nas paredes e paralisações pode ser entendida como uma estratégia de enfrentamento àquela situação de risco, um cálculo afirmativo baseado em uma leitura particular de determinada situação, em que fatores como custos e retribuições estão envolvidos na participação (ou não) nesta ação coletiva, uma vez que “o curso racional de ação [...] seria agir independentemente, ficar de braços cruzados e aproveitar os benefícios gerados pela ação de outras pessoas” (PIZZORNO, 1988, p. 372).

Acreditamos, portanto, que a postura de não adesão de uma significativa parcela dos trabalhadores às greves não deve ser entendida tão somente como derivada de uma identificação com os interesses patronais, mas sim pode também ser interpretada, por aqueles que assumem tal posição, como uma atitude de independência diante do conflito instaurado, como uma descrença nos ideais coletivistas e sindicais dos paredistas, como resultado de uma incerteza em relação às reais possibilidades de obtenção de retribuições materiais ou, ainda, como um cálculo dos custos pessoais que a adesão a tais movimentos poderia acarretar. Isso não significa dizer, entretanto,

que esta postura possa ser entendida apenas em termos de uma “escolha racional” – e, neste sentido, a opção pelo paternalismo pode ser considerada como uma – mas sim como resultante de um conjunto de possibilidades que vão desde a avaliação concreta das reais possibilidades de êxito à consideração dos custos envolvidos, passando por elementos menos concretos, como a formação de vínculos de cooperação, de identidade e de rivalidade com os grevistas.

As pressões exercidas sobre os não-grevistas, as violências e ofensas que os coagiam para que não trabalhassem, eram percebidas pelos trabalhadores paredistas como instrumentos legítimos no sentido de alcançar os objetivos do movimento; eram, enfim, estratégias adotadas para que a opção pela continuidade do trabalho não representasse uma ameaça ao sucesso da greve. Thompson, embora abordando outro contexto, faz considerações elucidativas a esse respeito: “o fura-greve era visto como um intruso que ameaçava tirar o pão da boca dos inocentes e dos que trabalhavam duro; mas, ainda que ninguém desperdiçasse lágrimas lamentando-o por ter sido atacado e ter ‘recebido uma lição’, o assassinato ou mutilação não receberia nenhuma aprovação moral” (THOMPSON, 1987, p. 81).

O antagonismo produzido por diferentes tomadas de posição nos momentos de greve acabava gerando situações nas quais as relações entre esses dois grupos chegavam a um limite, a um enfrentamento real que atingia o nível da violência, produzida seja de forma instrumental e racional, seja de forma afetiva e irracional. Portanto, algumas vezes, esses conflitos tomavam a forma de uma violência instrumental, deliberada e planejada, através da qual os grevistas esperavam impedir o trabalho dos demais operários. Em outras, a violência apresentava um caráter mais espontâneo, emocional, quando os operários chegavam às “vias de fato” em função de uma antipatia, de uma situação ocasional ou de provocações relacionadas à tomada de posição diante dos movimentos paredistas.

Em ambos os casos, a violência era rotulada – pela grande imprensa, pelos patrões e pelos governantes – como um ato brutal, um vandalismo irracional realizado por “uma multidão ignorante [...] governada pelos apetites dos que a incitam a extremos de raiva, à espera da oportunidade de cometer qualquer tipo de crueldade” (PARADIN, Guillaume apud DAVIS, 1990, p. 130). Contudo, a violência – não importa o quão cruel ela fosse – era inspirada e legitimada por crenças e tradições políticas que a precediam e não pode ser compreendida meramente como explosão insana e casual. De uma perspectiva histórica, tais atos de violência podem ser mais bem entendidos se forem levados em conta os seus objetivos, os tipos de ação

empregados, seus alvos, os elementos que os legitimavam e as circunstâncias de seu despertar. Assim, no período estudado, pudemos observar o emprego de algum grau de violência contra os ‘fura-greves’ em diversas ocasiões.

Já no final do século XIX, antes do marco temporal proposto a este trabalho, esse tipo de ação já podia ser verificado, o que nos permite observar a continuidade de certa tradição cultural. Durante as comemorações do 1º de Maio de 1897, quando, em reunião da Liga Operária Internacional (LOI), os socialistas decidiram que tentariam fazer com que nenhum operário trabalhasse durante aquele dia, ocorreu um incidente entre os trabalhadores que haviam aderido à paralisação e aqueles que davam continuidade a seu labor (Livro de Registro de Ocorrência Policial. Códice 3). Nessa ocasião, Henrique Bruecker, militante operário que participou da fundação do Partido Socialista (PS), teria chamado a atenção de “uns meninos que trabalhavam em uma obra [na Rua da Praia] durante o Primeiro de Maio” (*A Gazetinha*, 03/05/1897, p. 4), e recebeu de um deles, como resposta, uma tijolada na cabeça. Nessa circunstância, observamos um claro tensionamento entre grevistas e não grevistas, que acabou por acarretar um ato de violência de um grupo contra outro: os socialistas deliberaram impedir que os operários trabalhassem no dia do trabalhador e foram recebidos com uma pedrada pelos operários que discordavam daquela ideia. Para esses últimos, provavelmente, a atitude de ausentarem-se do trabalho naquele dia era destituída de sentido.

Atos de violência como esse, surgidos de modo espontâneo em virtude de posições divergentes em relação às greves, são recorrentes na documentação. A intensidade dos conflitos latentes entre grevistas e “fura-greves” pode, por exemplo, ser observada em outro incidente ocorrido após o término da parede da Viação Férrea, em 1917. Nessa ocasião, João Guimarães, contramestre da Viação Férrea, provocou lesões graves que levaram à morte seu colega Juvenal Vasquez, foguista da empresa que havia aderido à paralisação daquele ano. O incidente teve início após uma discussão entre Juvenal Vasquez e Honorato Souza que, junto com mais alguns trabalhadores da Estação Gravataí, se encontraram em um boteco – a casa de negócios de Pedro Zíngaro – para beberem um “traguinho”. Ocorreu uma discussão entre os dois quando Vasquez fez “várias acusações contra João Guimarães o que Honorato retrucou, defendendo-o”, quando João Guimarães sacou de seu revólver e disparou quatro tiros contra seu agressor, protagonizando uma cena digna dos melhores filmes de *bang-bang*. No interrogatório do réu, Guimarães afirmou que Juvenal “dizia há algum tempo a diversas pessoas que havia de dar um tiro no interrogado,

dizendo ter o mesmo influído na demissão de um amigo dele”. Não foi possível averiguarmos com precisão as causas da demissão e quem seria o amigo demitido. Entretanto, tudo indica que tal demissão tenha ocorrido em virtude de sua participação na greve. Ao término do processo, os réus João Guimarães e Honorato Souza não foram pronunciados por alegarem legítima defesa.

Outro episódio em que verificamos a presença de violência entre grevistas e não grevistas ocorreu em janeiro de 1917, durante uma “parede” declarada pelos operários da Fábrica de Meias da Companhia Fabril Porto-Alegrense. O incidente resultou em graves ferimentos em um não grevista e na instauração de um processo contra os agressores. A greve daquele estabelecimento teve início em 30 de novembro de 1916 quando, na saída do serviço, alguns menores empregados da fábrica passaram a vaiar o apontador Adolpho Kuntz que, segundo eles, tratava mal os empregados, dirigindo-lhes “palavras imorais”. Depois do episódio, Kuntz os ameaçou com demissão se isso ocorresse novamente. Com a repetição do fato, os menores acabaram sendo demitidos pelo apontador que era tido como homem de confiança do gerente da fábrica, Rodolpho Jalowski. Os demais empregados organizaram, então, uma comissão de operários liderada por Félix Fröhlick – funcionário da fábrica havia 16 anos – para falar com o gerente e solicitar a demissão de Kuntz e a readmissão dos menores. Não tendo sido atendidos, ainda ouviram do gerente que “dali por diante teriam que trabalhar 10 horas por dia”. Isso deflagrou, no dia 30 de novembro de 1916, uma paralisação de mais de 40 operários do referido estabelecimento. A substituição dos grevistas levou a que os operários demitidos resolvessem “agredir ao mestre da fábrica João Fantinel que, segundo dizem, estava ensinando novos empregados para substituí-los” (Relatório das Investigações Policiais. 1914-1917. Cód. 48). Assim, um grupo de aproximadamente 30 grevistas agrediu Fantinel na esquina das ruas Brazil e Rio de Janeiro quando esse se dirigia a sua residência.

Observamos que, tanto nesse episódio quanto no analisado anteriormente, o enfrentamento se dá entre funcionários de níveis hierárquicos diferentes: no caso da Viação Férrea, João Guimarães era contramestre, ocupando uma posição superior à de Juvenal Vasquez; enquanto que, nesse incidente, a agressão ocorreu contra João Fantinel, mestre da fábrica que era o responsável por treinar os trabalhadores que iriam substituir os grevistas que haviam sido demitidos. A atitude do gerente da fábrica, Rodolpho Jalowski, de substituir os operários parados não foi interpretada como própria de uma “greve limpa”, para utilizar a expressão de Silva Jr. (1994, p. 393), o que levou os grevistas a uma postura mais radical. Esta provavelmente estava

alicerçada em uma “noción legitimizante”, ou seja, em uma justificativa racional motivada por algum fator que legitimasse certas ações em defesa de determinados “derechos o costumbres tradicionales” (THOMPSON, 1979, p. 65) ou associativos. Do mesmo modo, Rudé, estudando outro contexto histórico, esclarece que ações violentas podem estar apoiadas em alguma forma de “justiça ‘natural elementar’”, e destaca que “os amotinados da fome tendiam a invadir mercados e padarias e impor um controle popular de preços” (RUDÉ, 1991, p. 24). Ou seja, a medida de Jalowski parecia ferir a “economia moral” (empregando a expressão de Thompson em sentido alargado) daquele grupo de trabalhadores.

Não há registros de danos à empresa e nem de ameaças a Jalowski, que fora quem demitiu os paredistas, mas os operários que permaneceram trabalhando e os recém contratados para substituí-los receberam muitas ameaças e alguns foram efetivamente espancados pelos paredistas.

Agressões como esta, previamente arquitetadas pelos operários e portadoras de um caráter deliberado e instrumental, podem ser verificadas também em outras ocasiões. No ano de 1917, ocorreu uma greve dos calceteiros que tinha como motivo principal “[...] o fato de ter o calceteiro Jerônimo Santos, sido agredido pelo capataz Dorothéo Rivera e seu irmão Félix Rivera; que os grevistas queriam que a companhia do calçamento despedisse o capataz e seu irmão”. Em virtude disso, os membros do sindicato da categoria se reuniram em uma assembleia e, “fortemente trabalhados por correntes perniciosas de anarquismo, [...] resolveram em sessão do predito sindicato que se evitasse por qualquer forma, e até mesmo por meios extremos, que os operários que não haviam prestado sua adesão ao movimento continuassem na labuta diária”.

Desta forma, decidiram, de maneira organizada e consciente, empregar a violência como um recurso – considerado legítimo – para evitar a continuidade do trabalho. Segundo o processo resultante desse episódio, o conflito entre os grevistas e os operários que persistiam no trabalho aconteceu da seguinte maneira:

[...] de conformidade com aquelas temerosas resoluções de se cessar de meios extremos e até do próprio morticínio, contanto que se generalizasse a greve, quando um grupo de grevistas assaltou à mão armada os operários que pacatamente trabalhavam na referida rua Conceição, desfechando numerosos tiros, em consequência dos quais foi morto o operário Luiz Silveira da Silva, ferido gravemente Feliciano Salles, e, levemente, Anselmo de Lima e João Manuel Benetti (Processo-Crime nº 856, Porto Alegre: 1917, p. 10).

No depoimento de um operário acusado de ser um dos principais organizadores da agressão, torna-se ainda mais clara a forma pela qual os grevistas decidiram impossibilitar que os *carneiros* trabalhassem. O operário relatou que “[...] encontrou os calceteiros grevistas reunidos em sessão com o fim de deliberarem o meio de impedir que continuassem a trabalhar os calceteiros que não quiseram aderir à greve”. Verifica-se, pois, que, neste caso, a violência contra os carneiros nada mais foi do que um recurso deliberado mobilizado como meio para atingir um fim. Nesta situação, tais atos inamistosos não podem ser reduzidos a uma conduta de crise, reativa. Os agentes em questão pareciam conscientes do que estava em jogo em sua ação e dos resultados que esperavam conseguir. Na referida sessão, o mesmo operário salientou que foi tomada a resolução de “atacar os trabalhadores do calçamento que não queriam aderir à greve, que embora a polícia pretendesse impedir o assalto, todos do grupo eram obrigados a reagir custasse o que custasse, morresse quem morresse”. Durante esta greve, ficou evidente, pois, a decisão tomada pelo sindicato de utilizar medidas mais extremas com o intuito de impedir a continuidade do trabalho, estando dispostos a praticamente tudo para alcançar as reivindicações almejadas.

Ao longo deste artigo, foram analisadas as estratégias adotadas pelos grevistas para conseguirem uma maior adesão aos movimentos por eles promovidos ou para fazerem valer suas reivindicações, considerando que o não engajamento de uma parcela da classe durante as paredes enfraquecia seu poder de barganha e provocava cisões entre os trabalhadores. Esta tomada de posição acabou, muitas vezes, transformando colegas em rivais, e construindo identidades contraditórias e opostas. Nessas ocasiões, as relações entre os dois grupos foram permeadas por uma tensão permanente e potencialmente belicosa, que transbordava em situações de violência simbólica e/ou física. Deste modo, a imagem dos trabalhadores que não aderiam às greves era atacada e esses se tornavam alvo de chacota e desprezo, sendo considerados traidores da classe, covardes e alcoólatras, um “Rebanho de Panúrgio” que seguia resignado e inconsciente.

Referências Bibliográficas

Periódicos

A Federação
A Gazetinha

A Luta
Correio do Povo
Gazeta do Povo.
Notícia
O Independente
O Syndicalista

Processos

ESTADO do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 856, Porto Alegre: 1917.
 ESTADO do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1.016. Porto Alegre: 1919.

Demais documentos

A Voz da Razão. Ao povo, aos soldados e operários. FORGS. 07/09/1919. ANEXO 1. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime n.º 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.
 AHRGS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Livro de Registro de Ocorrência Policial. Códice 3.
 ESTATUTOS do Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas, Porto Alegre, 27/04/1916. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime n.º 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.
 FORGS. A postos, operários! Anexo 5. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime n.º 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.
 Relatório da Federação Operária do Rio Grande do Sul.
 Relatório das Investigações Policiais procedidas acerca da agressão a João Fantinel ocorrida em 4 de janeiro de 1917, enviado no dia 8 do mesmo mês ao Dr. Juiz Distrital de Polícia. Documentação Avulsa. Transcrição dos Relatórios do 3º Distrito. 1914-1917. Cód. 48; e do Relatório apresentado ao Ilmo. Sr. Dr. José Montauray de Aguiar Leitão pela Subintendência do 4º Distrito.
 Sindicato dos Canteiros. Aos Trabalhadores a nossa atitude. Anexo 7. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime n.º 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

Bibliografias

BARTZ, Frederico. “Operários, soldados e camponeses: o seu dia se aproxima!?”: A Revolução Russa no jornal *A Luta* de Porto Alegre em 1918. In: *IV Jornadas do GT Mundos do Trabalho – RS. A Pesquisa do Trabalho – 1917, Noventa anos da Revolução Russa e das Greves Gerais no Brasil*. Pelotas: UFPel, 2007.
 _____. *O Horizonte Vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul (1917-1920)*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 2008.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BOURDIEU, Pierre. A greve e a ação política. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

DAVIS, Natalie Zemon. Ritos de violência. In: _____. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.

FORTES, Alexandre. Os direitos, a lei e a ordem: greves e manifestações gerais na Porto Alegre da Primeira República. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Nunes (Org.). *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

GERTZ, René. *Memórias de um imigrante anarquista*. Porto Alegre: EST, 1989.

PERRON, Michelle. *Jeunesse de la grève*. Paris: Seuil, 1984.

PETERSEN, Sílvia. *Que a união operária seja nossa pátria*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, Santa Maria: Ed. da UFSM, 2001.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS-Tchê, 1992.

PIZZORNO, Alexandre. Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da “escolha racional”. In: FOXLEY, A.; McPHERSON, M.; O’DONNELL, G. (Org.). *Desenvolvimento e política e aspirações sociais: o pensamento de Albert Hirschman*. São Paulo: Vértice, Editora da Revista dos Tribunais, 1988.

QUEIRÓS, César Augusto B. *Estratégias e identidades: as relações entre governo estadual, patrões e operários durante as grandes greves da Primeira República em Porto Alegre*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848)*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SANTANA, Marco Aurélio. Visões da dominação. *LPH. Revista de História*. Mariana: UFOP, 1997.

SILVA Jr. Adhemar Lourenço da. A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXII, n. 2, 1996.

_____. “Povo! Trabalhadores!”: tumultos e movimento operário. In: ÁVILA, Maria de Fátima (org.). Porto Alegre: *Dissertações e Teses*. Unidade Editorial Porto Alegre: Porto Alegre, 1996. Cadernos Ponto & Vírgula, n. 13.

_____. Contribuição a uma história dos “de baixo” do sindicalismo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXI, n. 1, 1995.

_____. O anarco-sindicalismo no Brasil: notas sobre a produção de um mito histórico-históriográfico. In: D’ANGELO, Ana Lucia Vellinho (Org.). *Histórias de Trabalho*. Porto Alegre, UE/Porto Alegre, 1995.

_____. “Povo! Trabalhadores!”: tumultos e movimento operário. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1994.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. III.

_____. La economía moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979.

VIANA, Márcio Túlio. Da greve ao boicote: os vários significados e as novas possibilidades das lutas operárias. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, v. 49, n. 79, p. 1-380, 2009.

WEBER, Max. Os três tipos de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (Org.). *Weber*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1991.